

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, nossos amigos catarinenses, quero fazer uma saudação especial aos vereadores Claudinei Pressi, Sérgio de Mello e Clóvis Bergamaschi, nosso ex-prefeito do município de Penha, hoje vereador no município, que estão aqui presentes, visitando esta capital para tratar

da audiência pública da segurança, que acontecerá no dia 11 de julho.

Também quero fazer uma saudação especial aos meus amigos de São Miguel d'Oeste, o Leandro, o Gabriel, o Bruno e o Adilson Fontana, meu amigo Quico. Também vejo o Murilo, presidente do Sindemosc, que sempre tem feito um trabalho muito grande em defesa daquele sindicato, de todos os seus associados etc.

Na sessão de hoje, srs. deputados, quero prestar uma justa homenagem ao Sicoob-Credimoc, do município de Xanxerê, requerida pelo meu amigo presidente da Câmara de Vereadores deste município, Fernando Callfass, pelos 25 anos de funcionamento e serviços prestados em Xanxerê e região.

(Passa a ler.)

"A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Meio Oeste Catarinense - Siccob-Credimoc SC, foi constituída em cinco de julho de 1988. A área de atuação da Credimoc abrange os municípios de Xanxerê, Abelardo Luz, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Ipuaçú e Ouro Verde. A Credimoc está instalada no centro de Xanxerê, em uma das mais modernas agências da região, valorizando as pessoas e famílias dos municípios atendidos. Conta hoje com 7.351 associados, já deve ter mais, porque sabemos que esse número cresce pela credibilidade e pelo trabalho que ela representa para a região, e 42 colaboradores nas quatro agências de atendimento.

Tal iniciativa tem o intuito de reconhecer o trabalho prestado pela cooperativa à sociedade catarinense no meio-oeste do estado de Santa Catarina. O Sicoob-Credimoc é uma cooperativa de crédito com sede em Xanxerê, que integra o Siccob, o maior sistema cooperativo de crédito do Brasil.

A sociedade está cada vez mais reconhecendo o cooperativismo de crédito como um sistema que fornece serviços e produtos financeiros de forma justa e democrática, gera empregos, renda, redução de desigualdades sociais e prioriza o desenvolvimento regional sustentável.

O sistema cooperativo consiste a cada associado ser o patrão, participante e não há exploração econômica.

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, Siccob, nasceu de um sonho: fazer do Brasil um país mais justo e democrático. Por isso, nas cooperativas Sicoob, os associados, além de usuários dos produtos e serviços financeiros, também são os donos dos negócios, com direitos e deveres a cumprir.

As cooperativas de crédito do Sicoob são instituições financeiras sólidas e seguras, regulamentadas pelo Banco Central do Brasil e integram um sistema forte e solidário do qual também fazem parte a Confederação Nacional das Cooperativas do Siccob Ltda.

O sucesso do Sicoob-Credimoc, em Xanxerê e região, ao longo desses 25 anos, deve-se à competência hoje do gerente-geral Odir Francisco Sette, que gerencia os destinos da cooperativa, bem como ao presidente da cooperativa, Ivalino Martarello.

A iniciativa visa a homenagear uma instituição que vem fomentando o cooperativismo de Xanxerê e região nos 25 anos. Os números do setor ressaltam a força deste trabalho, e a homenagem tem o objetivo claro de incentivar cada vez mais adesões e fortalecimento da cooperativa que tem um papel importante no desenvolvimento do nosso estado.

O cooperativismo reúne aproximadamente um bilhão de pessoas em mais de 100 países, sendo responsável pela geração de 100 milhões de empregos. No Brasil, existem hoje 6,5 mil cooperativas e aproximadamente 10 milhões de cooperados, em 13 diferentes ramos de atuação.

Essa placa que irei entregar pessoalmente aos representantes do Sicoob nos próximos dias representa uma homenagem da Assembleia Legislativa e vem assinada pelo nosso eminente presidente, deputado Joares Ponticelli, que é um símbolo do nosso reconhecimento pelo trabalho que o Sicoob-Credimoc faz em Santa Catarina, especialmente por essa comemoração de 25 anos em Xanxerê e região.

Essa homenagem é uma iniciativa do nosso vereador Fernando Callfass, nosso presidente da Câmara de Vereadores de Xanxerê, que representa o pensamento não só do município, mas também de toda a região.

Então, nossos parabéns ao Sicoob-Credimoc Xanxerê, aos seus servidores, associados, enfim, a toda comunidade de Xanxerê, pelo trabalho do Sicoob-Credimoc do nosso querido município de Xanxerê.

Para finalizar, quero ressaltar que recebemos e já encaminhamos o pedido do vereador Fernando Callfass, junto com outros vereadores, ao DNIT, a respeito da duplicação da BR no perímetro urbano de Xanxerê. Infelizmente a empresa que realizava o serviço, por problemas técnicos e financeiros, deixou de fazer. E hoje a população de Xanxerê enfrenta um grande transtorno. Assim sendo, é urgente que o governo federal defina outra empresa para concluir aquela obra, inclusive fazendo a duplicação em mais três quilômetros, para quem vai do litoral para o oeste, já que teremos investimentos do governo federal naquela área em empresas que precisam de acesso e que precisam daquela rodovia duplicada.

Então, a Câmara de Vereadores de Xanxerê já aprovou pedido nesse sentido, e nós também aproveitamos para reeditar esse pedido via Assembleia legislativa, para que o município de Campo Erê venha a ser contemplado. Um município que enfrenta um grande desenvolvimento, com excelentes perspectivas, qualidade de vida, um povo bom, trabalhador, que mereceu e merece aquela obra de duplicação, mas que infelizmente encontrou problemas técnicos e que por isso encontra-se paralisada.

Nós passamos ali quase seguidamente, pois estamos lá visitando nossos amigos. Ainda no domingo estive na família Callfass, e estamos sempre acompanhando o anseio daquela população em ver aquele projeto concluído.

Parabéns à Credimoc, ao sistema Siccob, parabéns a Xanxerê.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o presidente, os deputados desta Casa e dizer que acabo de receber a informação de que Gean Loureiro sofreu um acidente na BR-101, entre Balneário Camboriú e Itajaí. Ele ficou preso nas ferragens, e o motorista está internado. Vamos desejar aqui uma boa recuperação ao Gean e ao seu motorista. O Gean tem demonstrado ser uma grande figura à frente da Fatma.

Ontem, estive em Brasília, deputados Padre Pedro Baldissera e Neodi Saretta, e acompanhei o lançamento do marco regulatório da mineração, pela presidente Dilma Rousseff. Isso vai estimular a competitividade, dar transparência à questão das lavras minerais no estado e no país e estabelecer novas normativas para quem tiver o direito de lavras para investimentos.

Isso significa que o governo está olhando com prioridade essas questões e definiu um percentual em relação aos *royalties*, onde 65% ficarão com os municípios, 23% com os estados e 12% com a união.

Durante a metade do pronunciamento a presidente Dilma manifestou-se a respeito dos movimentos sociais que tomaram as ruas, neste país.

Com muita grandeza ela deixou claro, a todos os governantes, que precisamos ouvir as vozes das ruas, porque na medida em que se melhoram as condições de vida, novas demandas existem, e aí a busca pelo direito à cidadania, à saúde, à educação, à segurança e, principalmente, mais combate à corrupção, tendo em vista que parte dos movimentos questionam os investimentos que estão sendo feitos nos campos de futebol da Copa.

Então, esses movimentos representam a voz da democracia, e o nosso país tem avançado nisso.

Senhores, é exatamente na questão do combate à corrupção e pela transparência pública que eu aqui vou me manifestar, sr. presidente. E aí o deputado Jorge Teixeira poderá nos acompanhar

depois, na cidade de Lontras, pois vou fazer o convite a respeito do que está acontecendo naquela pedreira de Salto Pilão.

É importante deixar claro a todos os cidadãos que existe uma usina e que foi feito um termo de ajuste de conduta, segundo o qual parte dos quase quinhentos mil metros cúbicos de brita terá que ser retirada até o final do ano. Porém, é para uso público, deputado Jorge Teixeira, v.exa. bem sabe disso, de acordo com autorização do DNPM.

O nosso vereador do PT vem sofrendo ameaças, porque ele, ao manter contato com o secretário de Obras daquele município... O secretário encontrava-se no britador e junto com ele estava o vice-prefeito, Ademir. Mas o secretário de Obras se esqueceu de desligar o telefone. E o nosso vereador, inteligentemente, gravou por 31 minutos a conversa entre os dois na pedreira.

Isso mostra, nitidamente, que com o formato e a estrutura que tem lá se construiu um verdadeiro desvio de interesse público, porque os cidadãos de Lontra não estão sendo atendidos. Ao mesmo tempo, questionamentos sobre as horas gravadas que são registradas e as horas executadas de trabalho no britador de Lontras...

Para o senhor ter uma noção, deputado, eu gostaria que ouvisse o trecho de um minuto apenas, onde aparecesse a expressão do secretário dizendo: Estamos ricos! Nunca se teve tanto material. E o vice-prefeito, parece-me, é o proprietário do britador, porque manda e desmanda, diz aonde vai, aonde não vai etc.

Peço que coloquem o vídeo, rapidamente, somente para se ter uma noção do tamanho do processo que se construiu em Lontras.

(Procede-se à exibição da gravação.)

Isso é apenas um pouquinho dos 31 minutos gravados, tendo em vista as falas que têm tipo: "nunca tivemos tanto material, estamos ricos; vamos ter que arrumar um britador para Fulano de Tal." Porque para um cidadão aqui eles já tinham mandado 36 cargas, e ele está pedindo mais 20. E aí o vice diz que teria que contratar um britador só para ele. "Se pintar mais algumas horas aí,

teremos que repartir com o Vitorino." Também não sei quem é. "Não dá para ficar parado essa jaguarada." E um chama o outro de sem-vergonha. É uma brigaçada dentro do esquema, deputado Padre Pedro Baldissera, que acho que tem que abençoar todo mundo lá para se entenderem, porque daqui a pouco vão estar se matando.

O que se mostra claramente aqui é que o vice-prefeito, sr. Ademir Barboza, vai ter que se explicar muito nesse cenário, porque ele comanda aquele britador, manda parar a brita que iria para Rio do Sul. Em determinado momento ele diz que é para parar e que não é para entregar mais, porque estão tirando brita deles.

Esse britador que tem lá, da prefeitura, é um britador que não vale R\$ 70 mil, é um britador que faz 30 a 35 cúbicos de produção por hora. Um britador novo custa em torno de R\$ 100 mil. E aí tem compra de peças, no valor de R\$ 139 mil, para utilizar num britador que está lá dentro, terceirizado. Coisa que a prefeitura também não passou pela Câmara de Vereadores.

Então, aqui quero me solidarizar com o vereador Revelino Kletemberg, do nosso partido, cumprimentar o presidente da Câmara de Vereadores de Lontras, o Marcionei Hilleshiem, que também ao verificar isso começou a apurar as informações. E temos a convicção de que a prefeita, sra. Martina Zucatelli, ao ter conhecimento desses dados, tomará providências, porque isso não pode mais continuar. O correto ali era ter feito um acordo com a Amavi, associação dos municípios, montado uma estrutura para atender a todos os municípios e não apenas dois, três como está acontecendo, porque aquele material está lá de acordo com o TNPM para ser utilizado com a finalidade pública e não com a finalidade que está sendo usada.

Nesse material todo gravado existe uma série de informações que permitirá a Câmara de Vereadores fazer as devidas investigações. E mais uma vez a minha solidariedade ao vereador Revelino Kletemberg, da cidade de Lontras, que como vereador tem sido tão craque quanto o nosso ex-jogador da seleção brasileira, o Revelino, que

jogou no Corinthians e foi campeão mundial. E, agora, com a Copa das Confederações, queremos aqui, neste momento, saudar a nossa seleção, pois hoje tem jogo e desejamos que o nosso time, efetivamente, continue orgulhando os brasileiros com essa garotada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna na tarde de hoje para tecer alguns comentários relacionados ao nosso querido estado de Santa Catarina.

Santa Catarina, como nós sabemos, é um estado que apesar de pequeno em termos territoriais tem números invejáveis no *ranking* econômico nacional, tanto na produção agrícola-industrial quanto na qualidade de vida. Mesmo assim, o estado também enfrenta muitos problemas e desafios, já que faz parte da conjuntura nacional e do conjunto das nações. E para resolver problemas e enfrentar desafios, é necessária a participação tanto do estado em si, quanto das forças da sociedade. Foi isso que tem levado as lideranças empresariais a se engajar no esforço pelo crescimento e desenvolvimento de Santa Catarina, conscientes de que o governo do estado, sozinho, não vai conseguir encaminhar todas as soluções. Exemplo disso, e que merece o nosso reconhecimento, foi a iniciativa da Federação das Indústrias de Santa Catarina (o sistema Fiesc) de lançar o Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense, reunindo informações e propostas para subsidiar ações futuras e promover, a longo prazo, uma dinâmica de prosperidade industrial.

De acordo com a Fiesc, o programa pretende formular até 2014 um documento com os principais pontos críticos que afetam o desenvolvimento da indústria no estado.

O programa da Fiesc, que na prática começou no ano passado, com a identificação dos 16 segmentos industriais com maior potencial de desenvolvimento, potencial chamado de setores portadores de futuro, explica que esses segmentos são: agroalimentar, bens de capital, máquinas e equipamentos, celulose, papel, cerâmica, construção civil, economia do mar, energia e indústrias emergentes, como a Aeronáutica, a nanotecnologia e a biotecnologia, meio ambiente, metalmeccânico e metalurgia, móveis e madeira, produtos químicos e plásticos, saúde, tecnologia de informação, comunicação têxtil, confecção e turismo.

A partir de agora o programa da Fiesc busca intensificar ações estratégicas para cada um desses segmentos, os quais receberam o nome de rotas estratégicas setoriais, que ajudarão na realização de diagnósticos com a identificação da situação atual, objetivo a ser alcançado no futuro, que precisa ser recuperado ou potencializado.

O presidente da Fiesc, Glaucio Côrte, disse que a importância do programa e o seu alinhamento com a missão da Fiesc de promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das indústrias... Para reforçar esse esforço do empresariado catarinense vamos destacar a afirmação do presidente da Fiesc de que as indústrias de Santa Catarina não se curvam diante das crises.

É preciso ressaltar, sr. presidente, um trabalho capitaneado pela Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina, Fiesc, junto com a Fiep, do estado do Paraná, e a Fierg, do estado do Rio Grande do Sul, dentro dessa esteira e dentro desse raciocínio em que se busca o diagnóstico preciso, exato, das potencialidades, das mais variadas regiões desses três estados do sul, dentro de uma ação integrada, respeitando as potencialidades das vocações, as peculiaridades de cada região, as suas autonomias. E nessa linha buscar um projeto dentro de um prisma macro no sistema modal e intermodal, interligando esses três estados com os demais estados da federação,

até mesmos os países do Mercosul, onde temos um setor modal e intermodal totalmente equivocado, engessado, por consequência da sua matriz rodoviária modal e intermodal.

O custo Brasil estabelece um parâmetro em média de R\$ 110 por tonelada no custo rodoviário. Enquanto que o ferroviário se estabelece num parâmetro de R\$ 75, ou seja, de R\$ 110 para R\$ 75 a tonelada. E o hidrovieário e portos vêm para R\$ 45 por tonelada.

Infelizmente, tínhamos, em 1960, mais de 30 mil quilômetros de ferrovias neste país. Passadas décadas e décadas, e estamos no ano de 2013, mais de 50 anos, retrocedemos a 22 mil quilômetros de ferrovia, quando deveríamos estar num patamar de 80 mil a 100 mil quilômetros, perfazendo com isso uma condição de dar estrutura, de dar suporte às empresas privadas, à segurança jurídica, para poder investir e prospectar os seus negócios e seus valores.

Vejo com muita tristeza um navio chegar a um porto catarinense precisando esperar até 8 dias para fazer sua descarga, incorrendo em valores significativos, em dólar, e com isso, perdendo muscularidade e condições para competir nesse mercado globalizado, onde visualizamos os asiáticos, norte-americanos, europeus, de maneira especial os chineses, com os grandes navios Panamax, levando três ou quatro vezes mais quantidade de produtos e, com certeza, comprometendo cada vez mais o grau de competitividade das indústrias nacionais e catarinenses.

Um estado eminentemente exportador como é o nosso, que tem 1,1% do seu território nacional, que detém mais de 5,6% das exportações, que agora abre o mercado japonês, que é extremamente agregador de valores no seu produto, e que, no entanto, fica engessado, mesmo tendo vários portos, por essa condição de logística, de mobilidade, de condições de poder escoar o seu produto com facilidade, com custo reduzido para amenizar, baratear a cesta básica, o alimento, o custo Brasil.

Essas manifestações que estão acontecendo e que não têm uma pauta, um líder definido, demonstram, com certeza, o sentimento de repúdio e de indignação que aflora em muitos catarinenses e brasileiros pelo modelo equivocado, superado, saturado existente hoje no país.

O problema é eminentemente estrutural. E tenho certeza de que se os mais bem sucedidos, no fundo, também têm um sentimento de indignação, imaginem a população que tem que pagar os seus impostos com o salário reduzido, achatado ainda para poder suprir as necessidades dos seus.

Por isso é preciso que nós, líderes, possamos fazer uma reflexão mais precisa para diagnosticar essa vertente, porque é um assunto que assusta muitos, pois estamos lutando contra o desconhecido, mas, na verdade, sabemos que o problema é estrutural em todo país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar esse tempo para falar sobre uma matéria que achei muito interessante, vista por olhos de quem não é brasileiro, que vive no Brasil e que está acompanhando esse movimento, essas manifestações no país inteiro. É o correspondente internacional Juan Arias, natural de Almeria, na Espanha, responsável por enviar notícias do Brasil para jornais daquele país, especialmente para o *El País*.

Ele escreveu um artigo que deixa bem claro, mais ou menos, como é o olhar dos correspondentes de fora do país - e que estão aqui acompanhando o dia a dia do povo brasileiro e mandando para fora as informações desta terra, da nossa gente - em relação ao que está acontecendo.

Eu vou ler aqui essa matéria porque achei bastante interessante, e até para objeto de reflexão.

(Passa a ler.)

"Por que Brasil, e agora?

Está criando confusão, dentro e fora do país, a crise criada de repente no Brasil pelo surgimento de protestos de rua, em primeiro lugar, nas cidades ricas de São Paulo e Rio, e agora se espalhando por todo o país e até mesmo pelos brasileiros no exterior.

No momento há mais perguntas para entender o que está acontecendo do que respostas para elas. Existe apenas certo consenso de que o Brasil, até então invejado internacionalmente, vive uma espécie de esquizofrenia ou paradoxo que ainda devem ser analisados e explicados.

Vamos começar com algumas perguntas:

Por que agora surge como um movimento de protesto como os que estão de volta em outros países, enquanto durante dez anos o Brasil vivia anestesiado pelo seu sucesso e aplaudido mundialmente? O Brasil é pior hoje do que dez anos atrás? Não, é melhor. Pelo menos é mais rico, tem menos pessoas pobres e crescem os milionários. É mais democrático e menos desigual.

Como é, então, que a presidente Dilma Rousseff, com uma aprovação popular de 75%, um recorde que superou o do popular Lula da Silva, pode ser vaiada várias vezes na abertura da Copa das Confederações, em Brasília, por quase 80 mil torcedores de classe média que podiam se dar ao luxo pagar até US\$ 400 por um ingresso?

Por que vão para as ruas para protestar contra o aumento do preço dos de transportes públicos jovens que normalmente não utilizam esses meios, porque eles já têm carros, algo impensável há dez anos?"

Vejam bem, essa é a interpretação de uma pessoa de fora que está vivendo aqui no país.

(Continua lendo)

"Por que protestam estudantes de famílias que até pouco não sonhariam em ver seus filhos pisando em uma universidade?

Por que aplaude aos manifestantes a classe C, recém-chegada da pobreza e pela primeira vez na sua vida capaz de comprar uma geladeira, uma

máquina de lavar roupa, televisão e até mesmo uma moto ou um carro usado?

Por que o Brasil, muito orgulhoso de seu futebol, parece ser agora contra a Copa do Mundo chegando a manchar a abertura da Copa das Confederações com uma manifesto que produziu ferimentos, prisões e medo nos fãs que foram ao estádio?

Por que esses protestos violentos em um país invejado até mesmo pela Europa e pelos Estados Unidos por seu desemprego quase zero?

Por que protesto nas favelas, onde as pessoas dobraram sua renda e recuperaram a paz que a droga lhes roubara?"

Vejam bem estou lendo aqui uma matéria de um correspondente internacional que manda para fora aquilo que ele está entendendo.

(Continua lendo.)

"Por que de repente se levantaram em armas os índios que já têm 13% do país e têm o Supremo Tribunal Federal sempre ao lado de suas reivindicações?

Os brasileiros são ingratos a quem lhes tem feito melhor?

As respostas para todas essas perguntas que produzem em muitos, começando com os políticos, uma espécie de perplexidade e espanto, poderia ser resumida em algumas questões.

Primeiro, você poderia dizer que, paradoxalmente, a culpa é de quem deu ao pobre um mínimo de dignidade: a renda não miserável, a possibilidade de ter uma conta bancária e acesso a crédito para comprar o que sempre foi um sonho para eles (eletrodomésticos, uma moto ou um carro). Talvez o paradoxo seja devido a isso: por ter colocado os filhos dos pobres na escola, onde não puderam ir seus pais e avós, e permitir aos jovens, todos brancos, negros, indígenas, pobres ou não, ir para a faculdade, fornecer livre acesso de saúde a todos e ter conseguido tudo o que transformou o Brasil em 20 anos em um país quase de primeiro mundo.

Os pobres chegados à nova classe média tornaram-se conscientes de ter tomado um salto

qualitativo em matéria de consumo, e agora querem mais. Eles querem, por exemplo, serviços públicos de primeiro mundo, o que não tem e está longe de ter. Eles querem uma escola que além de acolher, ensine com qualidade, o que não existe. Querem uma universidade não politizada, ideológica ou burocrática. Eles a querem moderna, viva, para prepará-los para o trabalho futuro. Eles querem hospitais com dignidade, sem meses de espera, sem filas desumanas, onde eles sejam tratados como pessoas. Eles não querem que 25 bebês morram em 15 dias em um hospital de Belém, no estado do Pará. E eles querem sobretudo o que lhes falta politicamente: uma democracia mais madura, em que a polícia não continue agindo como na ditadura; querem partidos que não sejam, nas palavras do ex-presidente Lula, um 'negócio' para ficar rico; querem uma democracia onde exista uma oposição capaz de vigiar o poder. Querem políticos menos corruptos; querem menos desperdício em obras que consideram inúteis, quando ainda existem oito milhões de famílias sem moradia; querem uma justiça com menos impunidade, querem menos diferenças sociais abismais. Eles querem ver na cadeia os políticos corruptos.

Querem o impossível? Não. Ao contrário do que os movimentos de 68, quando queriam mudar o mundo, os brasileiros insatisfeitos com o já alcançado querem serviços públicos como no primeiro mundo. Eles querem um Brasil melhor. Nada mais. Em última análise, querem o que lhes foi incentivado a desejar: ser mais feliz ou menos infeliz do que eram no passado.

Já ouvi algumas pessoas dizerem: 'Mas o que mais essas pessoas querem?' A pergunta me faz lembrar de algumas famílias que dizem que, mesmo dando tudo para seus filhos, eles se revoltam do mesmo jeito.

Às vezes os pais esquecem que faltou nesse tudo algo que para os jovens é essencial: a atenção, a preocupação com o que eles querem e não o que às vezes é oferecido. Eles precisam não somente de ajuda e proteção, de serem pegos pelo braço: eles querem aprender a ser protagonistas.

E aos brasileiros mais jovens, que cresceram e se tornaram consciente não só do que eles já têm, mas do que ainda podem alcançar, está faltando apenas deixá-los serem os protagonistas de sua própria história, especialmente quando eles provam ser extremamente criativos.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Essa é uma matéria de um correspondente internacional que escreve para o jornal *El País*, na Espanha. E só não concordei com ele em alguns itens, por exemplo, “as favelas onde as pessoas dobraram sua renda recuperaram a paz que a droga lhes roubara”, porque lá continua cheio de droga, e a paz está longe de acontecer.

Ele também diz que vão para as ruas para protestar contra o aumento do preço dos transportes públicos jovens que normalmente não utilizam esses meios, porque eles já têm carros, algo impensável há dez anos.

Então, ele diz que os jovens que estão protestando, todos eles, têm carros, têm meio de transporte, não precisam de ônibus e estão protestando por protestar. Não concordo com isso, porque na verdade a maioria precisa usar o transporte público. E é por isso que estão protestando.

Eu só lamento que v.exa. não tenha me concedido mais 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - É que v.exa. não me solicitou. Mas para concluir, v.exa. tem mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Agora falo também para quem está assistindo à TVAL.

Esses jovens que protestam nas ruas, conforme o repórter disse aqui, já não precisam mais de condução, porque agora têm seus veículos.

Senhores, acho que ele está fora da realidade, porque 90% desses jovens precisam, sim, do transporte coletivo, e de qualidade, para poder ir e vir em suas cidades. Essa que é a grande verdade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL, hoje quero falar um pouco da história de um grande amigo nosso, lá da região, que tem a característica do empreendedorismo, de todo investidor, empresário, o micro, o pequeno, o médio, o grande empresário catarinense.

Falo de Azmi Ibrahim Muhamad Harmad.

(Passa a ler.)

"Aos 19 anos, o jovem tinha o desejo de conquistar sua independência e mudar de vida. Com diversos sonhos a serem conquistados, decidiu então logo mudar de continente. Sendo assim, lançou-se para o desconhecido. Ao chegar começou a trabalhar como vendedor ambulante de roupas, batendo de porta em porta, arriscando negociar com as poucas palavras escritas recém-aprendidas. Cerca de 50 anos depois, o jovem que chegou ao país estranho praticamente sem nada, colhe os frutos da semente que plantou e que originou uma rede de lojas que é sucesso em diversas cidades da região.

Essa história que parece retirada de um trecho de livro, é uma parte resumida da história de vida de Azmi Ibrahim Muhamad Harmad, dono da loja São Paulo Magazine em Lauro Müller.

Quando ainda morava na cidade de Belt Ur Tahta, palestina, na Ásia Ocidental, Azmin, faltando um ano para completar 20 anos de idade, decidiu juntamente com mais um conhecido, lançar-se além-mar. Eles tinham duas opções de países: Estados Unidos e Brasil. Por este último ser um país mais jovem, decidiram tentar a vida nessa nova terra.

Já no Brasil, tiveram como primeira parada o estado do Rio Grande do Sul. Azmin que já trabalhava com comércio, na sua terra natal, começou a trabalhar com venda de roupas de casa em casa. Depois de certo tempo, mudou-se para a cidade de Tubarão, em Santa Catarina, e lá ficou por três anos. Durante esse tempo conheceu toda região já que fazia vendas por diversas cidades. Em um desses municípios, Lauro Müller, por conta do movimento que a mineração gerava na cidade, Azmin, após juntar dinheiro, decidiu montar sua primeira loja, a Casa São Paulo, em 22 de abril de 1963. A loja, como o próprio empresário relata, se resumia em uma porta com acesso a pouquíssimos metros, não cabendo quase nada dentro do estabelecimento.

Confiante de que estava no caminho certo e com a certeza do seu potencial para os negócios, decidiu junto com sua esposa Solange, construir um empreendimento e, em 1984, inaugurou sua mais nova loja, agora já com o nome de São Paulo Magazine. O nome da loja faz referência à cidade paulistana, pois era lá que ele adquiria os produtos para abastecer sua loja. Na época, conta Azmin, para se chegar em São Paulo demorava-se cerca de três dias de viagem, já que as rodovias não eram pavimentadas e não existiam tantas linhas disponíveis de ônibus.

Com muita dedicação, honestidade e espírito de equipe, as lojas São Paulo Magazine estão presentes nas cidades de São Ludgero, Laguna, Braço do Norte, Urussanga, Tubarão, Capivari de Baixo e Lauro Müller. Também possuem fábrica, confecção e serigrafia, dentre outros empreendimentos, totalizando 14 empresas, onde são gerados 300 empregos que aumentam consideravelmente, no final do ano, quando aumentam as vendas."

Fiz questão, sr. presidente, de fazer este relato do sr. Azmin, do município de Lauro Müller, que caracteriza na essência o espírito empreendedor arrojado, mesmo não sendo brasileiro nato, mas aqui adotou como terra para viver, especialmente no sul do Brasil. E acabou

incorporando o empreendedorismo catarinense, acreditando no potencial de seu negócio, enfrentando barreiras e grandes desafios, juntamente com sua família, e construiu esse patrimônio com muita dignidade.

Citei essa pessoa, porque ele tomou a decisão no momento em que se estabelecia na região a exploração do carvão. E no próximo dia 24 teremos, aqui na Assembleia Legislativa, um seminário do carvão, para debatermos essa questão, o ponto e contraponto, os prós e contras desse tão precioso minério, para o qual precisamos utilizar as melhores tecnologias já existentes no mundo. A exemplo da Alemanha que é considerada um país ambientalmente correto, com tecnologias de ponta.

Superadas as questões ambientais e, evidentemente, no marco regulatório, acontecerá, no dia 29 de agosto, o tão esperado leilão, através da Eletrobras, permitindo a geração de energia para o sistema integrado nacional a partir do carvão mineral de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Além do que as tecnologias possibilitam uma série de fatores, numa concepção de agregar valor e renda não só na geração de energia, mas na produção de cinzas em paralelo à cimenteira e à construção civil, sulfato de amônia, para a elaboração de fertilizantes utilizados na agricultura brasileira. Produto esse que importamos, grande parte do exterior, em especial da Rússia, além da concepção da queima, juntamente na geração de energia a partir do carvão e o lixo urbano, que é um problema crucial crescente das pequenas, médias e grandes cidades no estado e no Brasil.

Por isso, vejo um momento tão especial referendando essa pessoa ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente!

Cumprimento todos os que nos acompanham, os srs. deputados e as sras. deputadas, toda a nossa equipe que atua no dia a dia com a nossa assessoria, a equipe da Casa, o vereador Jonas Souza, de Passo de Torres, que nos está prestigiando hoje com a sua visita, também o vice-prefeito Paulo Roberto Cordeiro. Eles vieram para uma reunião às 18 horas, na Presidência, para discutir o problema relacionado ao desassoreamento do rio Mampituba.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Juntamente com o vereador Jonas Souza, presentes o presidente da Colônia de Pescadores, sr. Adriano Joaquim, o vice-prefeito Paulo Roberto Cordeiro e o jornalista do SCDL, Valmoci de Souza, os quais participam dessa reunião bem conduzida pelo sr. deputado Dirceu Dresch.

Esperamos contar com os deputados da região sul para resolver o problema daquela localidade.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito bem! Mas quero no início de minha fala, sr. presidente, novamente vir a esta tribuna para comentar e debater este grande movimento que acontece no país.

Ontem à noite, milhares de pessoas estiveram na frente desta Casa fazendo a sua mobilização.

A imprensa brasileira, os políticos brasileiros, sejam prefeitos, deputados, vereadores, governadores, Presidência da República, enfim, todos estão acompanhando este movimento, e uma das questões ou várias levantadas tem tudo a ver com a ação política deste país, seja em nível municipal ou federal, que são os grandes gargalos que este país enfrenta, os municípios, os estados, deputado Darci de Matos, no que se refere à questão urbana, ao trânsito, à

corrupção, infelizmente presente em todos os níveis do nosso país.

Essa situação acontece em vários espaços, não só no público. Já comentava que este país precisa, sim, e a sociedade tem razão de se mobilizar, de não aceitar tudo que está aí e exigir mudanças.

Também queremos reconhecer, neste momento, nesta tribuna, o papel que o Partido dos Trabalhadores, o presidente Lula, assim como a presidente Dilma Rousseff, assumiram neste país, de atacar, sim, os grandes gargalos existentes, criando novas universidades, programas como o ProUni, programas na área da agricultura, ampliando as políticas públicas na área de segurança, enfim, em todas as áreas.

Em relação à área da saúde, alguém dizia ontem que o SUS não existe. Por isso, reafirmo que o Sistema Único de Saúde do Brasil é uma das melhores políticas do mundo em termos de atendimento ao conjunto da população.

Lamentavelmente, em muitos países, o povo pobre não tem um programa como o SUS que atende a milhões e milhões de pessoas. Nós temos, sim, que nos levantar contra a tabela SUS que precisa se reajustar, mas temos uma grande política conquistada a duras penas pela sociedade brasileira, que é o Sistema Único de Saúde.

Então, são muitos avanços que tivemos nesses últimos anos, são muitos passos que este Brasil deu, que até estamos em pleno emprego. Vencemos o grande embate como quando aquele em que o povo ia para a rua gritar: "Fora FMI". Nós não temos mais essa questão aqui colocada no país.

Portanto, foram políticas, investimentos, estratégias. E estamos voltando a investir em ferrovias, uma coisa que tinha sido abandonada, na questão da infraestrutura, nos grandes projetos das rodovias, como o da BR-101 que agora está indo para os finalmente aqui em Santa Catarina. Mas ainda temos grandes gargalos pela frente. E quando se fala na corrupção, quero voltar a reafirmar que não acredito que acabemos com a corrupção eleitoral, se não fizermos uma reforma política, fortalecendo os partidos para fortalecer a

democracia. Não acredito no fim da corrupção, se continuarem os financiamentos privados de campanha, em que o setor privado manda em grande parte dos políticos deste país, porque financiam as suas campanhas.

Outro debate que nós do PT estamos enfrentando, sim, é a regulamentação da mídia. Não é controle, precisamos é regulamentar isso, pois não é possível que políticos continuem sendo donos de meio de comunicação.

Isso tudo precisa ser resolvido. E precisamos encaminhar a punição das corrupções.

Temos também a questão da distribuição de renda. Vamos encarar esse debate de cobrar mais impostos das grandes fortunas neste país, pois não é possível alguns ter tudo e outros não ter nada. Nós não avançaremos na distribuição de renda, se não taxarmos as grandes fortunas desse país.

Então, para construir um país justo mexemos muito nas questões das taxa bancárias, na questão energética. Avançamos muito nesses anos todos no país, mas temos, com certeza, grandes desafios pela frente ainda.

Srs. deputados e todos que nos acompanham, entendemos que essa manifestação é justa. Ela precisa enfrentar os grandes temas deste país, precisa pressionar os políticos brasileiros, os governos, sejam eles municipais, estaduais ou federal, para ampliar os direitos dos trabalhadores, construir política de acesso às políticas públicas nos municípios, nos estados e em nível nacional, com mais força ainda. Além disso, temos uma grande questão de fundo que este país enfrentou por muitos e muitos anos, que foi a entrega do patrimônio público à iniciativa privada, às empresas públicas estatais. Precisamos continuar esse debate.

Por isso, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores entendemos que esse movimento é legítimo, importante para a sociedade, principalmente para a juventude que não viveu o período de ditadura, que não viveu o período de

inflação de quase 100% ao mês, esta juventude que não viveu o período e desemprego de mais de 20%.

Eles vivem outro momento, mas também querem construir a sua história, querem contribuir com o fortalecimento da democracia, porque se não tivesse democracia, com certeza não haveria essa mobilização social hoje.

O direito às redes sociais, como a internet, que antes poucos tinham acesso, hoje grande parte da população já tem. Mas ainda temos uma grande parte do povo brasileiro que não tem acesso à internet, principalmente no interior do nosso país.

Então, precisamos dar passos seguros. Agora, também queremos condenar aqui a violência que se está usando nessas mobilizações, fazendo, como, dizem baderna, saqueando lojas, enfim, quebrando prefeituras e empresas públicas. Com isso não podemos concordar.

Então, é com esse espírito que queremos participar deste momento que o Brasil vive, deste grande debate que o país enfrenta mais uma vez, das mobilizações, do debate nas redes sociais, do debate no dia a dia, em especial neste espaço, que é o espaço do debate, que é o Parlamento.

Então, em nome da nossa bancada falo nessas questões. O partido defende grandes questões, como por exemplo a convocação de uma constituinte especial para fazer a reforma política, porque entendemos que os deputados que estão aí, hoje, foram eleitos numa condição atual e não vão fazer a reforma que o Brasil precisa. E muitas outras questões precisamos continuar enfrentando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc

Digital, saúdo o empresário Bonessi, de Joinville, que começou na agricultura, na terra do presidente Joares Ponticelli, Pouso Redondo, e hoje é um grande empresário na cidade de Joinville. Ele nos visita nesta tarde, acompanhado de seus amigos.

Sejam bem-vindos!

Sr. presidente, também desejo me pronunciar sobre o assunto que os deputados Ismael dos Santos e Dirceu Dresch debateram. E inicio falando do grande motivo que deu início às manifestações sociais jamais vistas neste país. E o motivo inicial que foi amplamente diversificado, porque hoje já são outras bandeiras, outras causas, mas o motivo inicial foi, efetivamente, a questão do transporte público no Brasil.

Tenho um Projeto de Lei n. 0234/2012, sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que tramita nesta Casa, há um ano. Ele foi diligenciado, arquivado, e voltamos com esse projeto que propõe que o governo do estado retire a cobrança do ICMS do óleo diesel para o transporte urbano de Santa Catarina.

Essa providência já foi tomada há anos, deputada Angela Albino, pelo governador do Ceará, o que propiciou a redução da passagem, há dois anos, e, recentemente, pelo estado do Paraná e agora outros estados do Brasil.

A presidente Dilma Rousseff, a quem tenho feito elogios pela sua gestão, tem tratado Santa Catarina com sensibilidade e elegância. Ela promoveu a desoneração da tarifa para o transporte coletivo do Brasil, tirando o PIS/Cofins, deputada Ana Paula Lima. Foi uma iniciativa fundamental, porque não há outra maneira de melhorarmos o transporte coletivo do Brasil, ou melhor, de darmos acesso aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, a não ser a desoneração efetiva da tarifa. Seja a desoneração municipal, através da retirada do ISS, deputado Mauro de Nadal, v.exa. que já foi prefeito, e a do estado, através da retirada da cobrança do ICMS do óleo diesel. E portanto faço um apelo ao governador Raimundo Colombo e ao secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni. Inclusive, ontem, o deputado Kennedy

Nunes e eu tivemos a oportunidade de falar com o governador, em Joinville, sobre esse assunto.

A presidente Dilma Rousseff cumpriu a sua parte: desonerou a tarifa do transporte coletivo urbano do Brasil. E quem sabe, para os municípios acima de 50 mil habitantes, enfim, isso pode ser estudado, pode ser tratado, mas nós, homens públicos, precisamos, no que diz respeito ao transporte coletivo urbano do Brasil, dar uma resposta à sociedade e, sobretudo, aos nossos estudantes.

Sr. presidente, esse movimento sem precedentes na história do Brasil, deputada Angela Albino, porque os demais de há poucos anos tinham uma bandeira, um foco, um objetivo, era o processo de democratização do Brasil, Diretas Já, Fora Collor, enfim, esse movimento que reúne jovens, trabalhadores, profissionais liberais, idosos é efetivamente um movimento sem precedentes, porque não é um movimento partidário, não tem uma liderança, não tem uma bandeira, um foco determinado. Aliás, o foco desse movimento, no meu entendimento e certamente do nosso, nada mais é do que: não aguentamos mais a situação vivida por este país.

Precisamos dar respostas para a população. Esse é o grande motivo. A sociedade civil organizada está dando um recado para o Poder Público, às instituições e sobretudo para a classe política, para todos nós. Esse movimento, sr. presidente, pode até passar daqui a alguns dias, mas fica o recado. Ou melhoramos os nossos gestos, atos, comportamentos, ou damos respostas no campo da saúde, segurança, infraestrutura, dos serviços essenciais para a população, ou seremos efetivamente bombardeados pelos movimentos sociais, através das redes sociais em Santa Catarina e no Brasil.

A *Datafolha*, numa pesquisa recente, demonstra que houve uma queda brutal de credibilidade de todas as instituições, inclusive as igrejas, e as únicas instituições que gozam de uma credibilidade razoável ainda são as redes sociais e a imprensa no Brasil. Esse dado é preocupante e nos leva a

uma reflexão profunda do modelo brasileiro, da nossa realidade, onde, de 12 meses, trabalhamos quatro meses e 15 dias para os entes públicos. E esses recursos, em vez de ficar nos municípios onde as coisas acontecem, vão para Brasília e muitas vezes não voltam.

Enfim, os problemas são inúmeros, e a população está nas ruas dando recado para todos nós, principalmente para nós que representamos a classe política e aos partidos políticos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DPEUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pelo projeto, pois acho que é nessa linha que conseguiremos dar uma resposta rápida e eficaz na questão do transporte coletivo em Santa Catarina. Mas quero aqui apenas lembrar.

Agora, pegando o último viés do seu discurso, de que dizíamos que subtraída a questão menor do vandalismo, que infelizmente ainda ocorre em algumas cidades, quero parabenizar a população da capital, porque ontem deu um exemplo de uma manifestação pacífica e ordeira. Porém, subtraindo essa questão, as manifestações são positivas, democráticas, saudáveis. E quero replicar aqui, deputado Darci de Matos, o que citava ontem da tribuna. Santo Agostinho, que viveu há 1.500 anos, dizia, e é tão atual sua mensagem, que a Esperança tem duas filhas: uma se chama Indignação e a outra Coragem. A indignação nos faz modificar aquilo que de fato está errado, equivocado, e a coragem nos dá o alento para de fato concretizar o sonho de um país diferente.

Desejo sucesso nessa sua meta de reduzir o ICMS do transporte coletivo em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabeno v.exa. por esse projeto. Já estão falando em transporte público gratuito. E não é impensável isso. E como disse v.exa., a questão

não está nos dez centavos, 20 centavos. A questão está com a indignação, com a corrupção, com a impunidade.

Vimos ontem pessoas que não usam o transporte coletivo urbano participarem do movimento. Eram jovens de classe média, de classe alta, que estavam lá protestando, porque entendem os muitos erros que politicamente se tem feito neste país.

Como vamos explicar para os jovens?

Ontem, tinha um caso aqui de uma senhora que há quatro meses está buscando uma cirurgia, e o SUS não conseguia atender. E daí, em Brasília, em vez de construir um hospital, se faz um estádio e R\$ 1 bilhão e meio, com 70 mil lugares, para dois ou três jogos da Copa do Mundo, num estado, num Distrito Federal onde a média de jogos do campeonato de Brasília é de três mil torcedores por jogo.

Nós vamos ter um elefante branco. O Brasil jogou R\$ 1 bilhão e meio numa obra que vai ser uma vergonha.

Em Brasília, o Hospital Sara Kubitschek é uma referência. Mas infelizmente, quando poderíamos ter dois ou três hospitais em nível de Brasil, vamos ter um elefante branco, que vai ser exemplo do desperdício do dinheiro público.

Então, é isso aí que está indignando a sociedade brasileira. É isso. É a corrupção, é a impunidade. E lá estava o pai que teve um filho assassinado e sabe que o autor do crime está na rua, que não foi punido.

Então, os R\$ 0,20, os R\$ 0,10, foram um símbolo para este momento de indignação que a sociedade brasileira está passando, com algumas ações, principalmente governamentais, totalmente fora de sintonia com o que o povo pensa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Eu acho, deputado Darci, que temos que escutar as vozes das ruas, dos protestos, quando não há depredação do patrimônio público.

Ontem a deputada Angela Albino disse que tinha um cartaz dizendo assim: Fora Zunino. Vocês sabem quem é o Zunino? O presidente do Avaí.

Então o povo está indo para essas manifestações para reivindicar várias questões. E tem que deixar o povo se manifestar. Mas a Copa eu defendo. Eu fui uma que defendi que a Copa viesse para Florianópolis, como vários parlamentares desta Casa. É isso que dá grandiosidade ao nosso país.

Os investimentos que fizerem lá, deputado Maurício Eskudlark, a maioria foi a iniciativa privada. Não vamos estragar um espetáculo tão lindo que é trazer a Copa para o nosso país, a Confederação. E depois v.exa. vai assistir aos jogos do Brasil, tenho certeza, como todos os brasileiros, torcendo por isso.

Mas as manifestações são justas. E acho que o povo tem que ser ouvido, sim, mas temos que discernir também o que é certo e o que é errado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputada.

Sr. presidente, conluo, portanto, reconhecendo efetivamente a importância, deputado Gilmar Knaesel, da mobilização, dos movimentos realizados no Brasil, sobretudo ontem, em Florianópolis, com dez mil pessoas pacificamente lutando, reivindicando, sonhando com a paz, com a cidadania, com a solução da saúde pública, com a solução da educação e com a resposta do Poder Público para a população catarinense.

O movimento está de parabéns. E encerro lançando mão do pensamento de Santo Agostinho que diz: "Os que me bajulam me corrompem. Os que me criticam me corrigem". E os movimentos sociais com certeza estão tentando corrigir todos nós.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, obviamente também quero debater um pouco sobre as manifestações que estão acontecendo em todo país.

Na verdade, foi marcada uma panfletagem para chamar para o movimento de quinta-feira, no entanto, reuniu mais de dez mil pessoas em Florianópolis. Numa atitude inédita fecharam as duas pontes, passaram em frente à Assembleia Legislativa, muito calmamente. Tínhamos aqui a presença do cônsul do Japão, e ficamos bastante preocupados, porque havia uma sessão solene envolvendo a comunidade japonesa em comemoração aos 150 da imigração japonesa. Felizmente, foi uma manifestação muito tranquila.

Acompanhei, como militante do movimento social e depois como parlamentar, a revolta da catraca de 2004, 2005, 2009 e de 2010 quando já era suplente de deputado estadual e nem por isso a polícia poupou os manifestantes. Mas agora é um movimento absolutamente novo. Tenho defendido no meu partido que não devemos usar as réguas que estamos habituados para medir, para tentar entender esse movimento. Ontem tinha de tudo, ou seja, das mais legítimas manifestações até quem estava ali como num tipo de brincadeira. Mas o que tinha de substancial era um acúmulo de pautas do movimento social. Tinha discussão, particularmente do setor mais organizado, em torno da mobilidade urbana, em torno do direito à mobilidade urbana, dos milhões que são excluídos no país da mobilidade urbana. E este debate o movimento Passe Livre tem trazido com mais contundência no país, nos últimos anos, especialmente a partir de 2004, quando se organizou em todo o país e o movimento se intensificou, como uma forma de discutir esse direito.

Lembro que em 2004, quando se falava em direito ao passe livre, os mesmos que muitas vezes hoje ocupam a tribuna defendendo o movimento, naquela época incentivaram a polícia a bater em estudantes, porque não deveriam pedir esse tipo de coisas, que era um absurdo, etc. E é curioso ver essa movimentação, porque os mesmos que mandaram

baixar a polícia nos estudantes naquela época, agora parecem muito calmos com o mesmo movimento. Acho um equívoco esses setores que pensam que vão conseguir usar esse movimento para ajudar a desestabilizar o governo federal, porque é óbvio que há uma pauta subjacente aí.

Ontem havia cartazes de todas as ordens, mas alguns setores se interessam particularmente em focar naquilo que desgasta o governo federal. É o momento que precisamos para fazer um debate mais aprofundado, um debate maior sobre mobilidade urbana como direito instrumental a todos os outros direitos; a mobilidade urbana não vista como um negócio, mas como vimos um posto de saúde, uma escola, portanto, um direito fundamental que o estado precisa garantir.

Essa discussão que o movimento Passe Livre fez e faz desde 2004, muitos trataram como uma coisa marginal, como se fosse apenas uma baderna, mas são os mesmos que agora estão dizendo que é um grande ato heróico do povo.

João Amazonas, grande liderança do PCdoB, dizia que sempre que o povo está na rua é preciso estar junto com ele, é bom que o povo esteja na rua. Embora haja alguns discursos inflamados aqui, na contramão dos seus próprios partidos, que vão se aproximando cada vez mais do governo federal, gostaria de ver esses mesmos parlamentares nessas passeatas defendendo seus pontos de vista.

Porque é muito fácil falar daqui de dentro de uma redoma de vidro. Eu posso apontar três ou quatro aqui que já vi em passeata e que nunca vi em nenhuma outra passeata e em nenhuma outra movimentação. Eu conheço três ou quatro aqui que já apanharam de polícia e outros que incentivavam que se batesse em grevista, que se batesse em manifestante, que greve e movimento social deve ser criminalizado. Nós não vamos esquecer quando, recentemente, instituiu-se um setor específico para combater movimentos sociais, liderado por um agente policial em especial.

O recado que está vindo das ruas é muito contundente e precisamos ter sensibilidade para ouvi-lo. No mesmo dia em que o povo foi para a

rua, o Congresso Nacional aprovou a espúria "cura gay". É por isso, talvez, que as ruas estejam tão cheias.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu iria utilizar a tribuna, até para registrar o nosso sentimento de dor pela morte do sr. Victor Bauer, ex-prefeito de Jaraguá do Sul e pai do senador Paulo Bauer, que faleceu no domingo. É claro que eu iria discorrer sobre a sua vida pública, e tenho certeza de que o deputado Gilmar Knaesel assim o fará.

Portanto, deixo para o deputado Gilmar Knaesel fazer algumas colocações sobre a morte do sr. Victor Bauer, um cidadão que todos conheciam no norte de Santa Catarina, especialmente em função do Café Bauer que durante muitos anos frequentamos bastante.

Fica aqui o registro e o sentimento deste deputado pela morte do sr. Victor Bauer, pai do senador Paulo Bauer. E que se transmita também ao senador os nossos sentimentos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, gostaria de anunciar a presença neste recinto de Maryana Oliveira de Liz, presidente da Câmara de Bocaina do Sul, que vem acompanhada do sr. José Mariano da Silva, presidente da Associação dos Produtores Rurais de Bocaina do

Sul. Elas são duas pessoas dignas de respeito que vêm em busca de soluções para aquele município, e terão uma audiência conosco às 17h, em nosso gabinete, juntamente com outras lideranças de Bocaina do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fica feito o registro, deputado Reno Caramori, desejando-lhes as boas-vindas a este Parlamento!

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, no horário do PSDB, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, sras. deputadas, primeiramente gostaria de agradecer ao deputado Nilson Gonçalves por me ceder este espaço.

Através de um pela ordem, já se registrou nos Anais da Casa a perda de Victor Bauer, empresário e político, que honrou a região norte do estado, especialmente a cidade de Jaraguá do Sul. É pai do nosso senador Paulo Bauer. Mas eu gostaria que fosse anexado aos Anais da Casa a história do sr. Victor Bauer, no sentido de marcar a sua história definitivamente também aqui no Parlamento.

Faleceu às 7h50min deste domingo Victor Bauer, 78 anos, ex-prefeito de Jaraguá do Sul, município do norte de Santa Catarina. A informação foi divulgada pela assessoria do senador Paulo Bauer, filho de Victor. O ex-político e empresário morreu no Hospital São José, em decorrência de um infarto cerebral. O velório está marcado para as 11h30min, na Paróquia Apóstolo Pedro. O enterro ocorre nesta segunda-feira, às 10h, no Cemitério Municipal, no centro de Jaraguá do Sul.

O prefeito da cidade, Dieter Janssen, declarou luto oficial de três dias, a partir deste domingo. As bandeiras de todos os órgãos públicos da administração municipal estarão a meio mastro.

Victor Bauer nasceu em 6 de agosto de 1934, em Blumenau, e aos dois anos de idade mudou-se com a família para Jaraguá do Sul. Em 1953 serviu ao Exército, em Joinville. Três anos depois se casou com Elvira Henschel, com quem teve quatro filhos: Paulo Roberto, Marilu, Victor Júnior e Alberto Neto.

O empresário começou trabalhando com o pai em uma padaria e com torrefação de café. Depois adquiriu a Fábrica de Chapéus Capri (1954 a 1975), que acabou vendendo para a Marcatto Chapéus. Retornou para a empresa de torrefação de café, permanecendo até 1994, quando foi vendida. Ingressou na carreira política em 1958, como vereador, cargo que ocupou até 1965, quando, antes de terminar o segundo mandato, foi eleito prefeito de Jaraguá do Sul. Exerceu a função de prefeito no período de 1966 a 1970. Em 1976, novamente candidato, foi eleito e permaneceu na função de prefeito no período de 1977 a 1982, quando problemas de saúde o afastaram da função. Assumiu até o final do mandato o vice-prefeito Sigolf Schünke que permaneceu até 1983.

Mesmo optando por dedicar-se à carreira de empresário, continuou apaixonado pela política e acompanhou de perto a trajetória de seu filho Paulo. Victor Bauer deixa esposa, quatro filhos, onze netos e quatro bisnetos.

Por meio de nota emitida por sua assessoria, o senador Paulo Bauer afirmou que Victor "deixa a lembrança e os exemplos de um pai amigo, que viveu a vida com intensidade e simplicidade, de um homem sincero e verdadeiro e de um cidadão que, como homem público, escreveu sua história com as tintas da honradez e do trabalho (...)". E tenho certeza de que todos estão solidários com o senador Paulo Bauer, no sentido de que a família possa reencontrar todos os caminhos e as lições de vida que Victor Bauer deixou.

Mas o assunto que eu queria tratar em meu nome pessoal e em nome da bancada do PSDB, com a presença do deputado Dado Chereim, é este momento das manifestações que estamos vivendo no nosso país.

É claro que cada um faz a leitura sob o ponto de vista político, sociológico, alguns defendendo, outros contrariando. Mas na verdade, o meu sentimento a esse respeito é outro, é muito mais amplo. O meu pensamento a respeito dessas manifestações é que não é contra um partido, contra um político, mas na verdade contra o

sistema, contra o nosso sistema federativo. É isso que está, no meu ponto de vista, em discussão, porque o nosso sistema federativo faliu, está quebrado, exauriu. E os nossos políticos não querem enxergar isso.

Somos o segundo maior país em carga tributária do mundo, só perdendo para a Suécia. E somos talvez a sétima ou a oitava economia do mundo. Mas onde está esse dinheiro? Onde fica o dinheiro dos impostos que o cidadão paga diariamente? Essa é a questão.

Temos serviços públicos no município, no estado e os da União que não funcionam. Não temos mais solução para a infraestrutura. Não temos solução para saúde, educação. Não tem solução para quase nada, deputado Reno Caramori. E onde está o dinheiro? Essa é a pergunta que o povo está fazendo. Ele se perde na burocracia, na corrupção, nos desvios. E é esse sistema federativo que tem que ser revisto neste país.

Como é que pode 70% que se arrecada ficar nas mãos do governo federal? Isso não é um sistema federativo, isso é um sistema unitário. E é claro que todos os governantes contribuíram para isso.

O nosso Congresso Nacional vai bem, muito obrigado, enquanto senadores e deputados federais vivem de emendas parlamentares para buscar sobrevida política para os coitados dos prefeitos que vão a Brasília em busca de uma emenda. E festejam essa emenda como um grande feito. Esse é o problema.

Há muito tempo os prefeitos já chamam atenção para isso. Quantas e quantas vezes ouvimos falar da marcha dos prefeitos, em Brasília, para reivindicarem recursos para a base da sociedade, que são os municípios? E fechamos os olhos, os ouvidos. E lá voltam os prefeitos para casa, quem sabe, com uma emenda no Orçamento-Geral da União para conseguir mais uma obrinha para as cidades ou, quem sabe, uma ambulância para resolver o seu problema.

Então, é esse sistema que está em discussão e não qualquer outra coisa que queiramos incluir nessa reivindicação. Nós temos que rever é o nosso

sistema federativo. E dentro disso, deputado Reno Caramori, v.exa. que está há tanto tempo conosco, está também a revisão novamente do presidencialismo, porque quando erramos a votar no presidencialismo levamos quatro anos para poder corrigir o erro. Enquanto no parlamentarismo, quando erramos, em seguida se corrige o erro, porque através da pressão popular caem os governos, como em tantos países que vemos por aí que têm o sistema parlamentarista.

Acho que é desse momento que vamos tirar, quem sabe, um futuro Brasil. A começar, volto a dizer, pela revisão do pacto federativo, deputado Valmir Comin, que v.exa., tenho certeza, e todos nós estamos consciente disso. Não é possível mais presenciarmos isso.

Eu fiz parte, quando aqui cheguei, de um movimento chamado Sul Meu País, que entendiam ser um movimento separatista. Mas não era movimento separatista, não! Era um movimento contrário à centralização, era um movimento que naquele momento já chamava a atenção de que o país não podia mais concentrar os recursos nas mãos do governo federal que além de lento, de burocrático, não opera, não funciona. E aí está o exemplo. E isso vai continuar acontecendo. E seja quem for o salvador da pátria que escolhermos como futuro presidente da República não vai conseguir corrigir! Não vai mudar, vai continuar a mesma coisa. E vamos continuar achando que ao dar uma ambulância para o município estamos fazendo um grande ato político e com isso fazendo o nosso papel de representante.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Concedo um aparte a v.exa., deputado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Gilmar Knaesel, parabênizo v.exa. pelo tema abordado e pela sua linha de raciocínio. Quero corroborar com o seu discurso, com o seu pronunciamento e dizer mais, dizer que o problema é estrutural.

O modelo que está aí está falido, essa é a grande verdade. Está ultrapassado, pois mais de

70% da receita ficam com o governo federal, e as coisas acontecem aqui, na base, no município.

Com relação à saúde, imagine se qualquer um de nós precisasse levar o filho ao Sistema Único de Saúde, pois quando se chega ao médico a primeira coisa que vem é um pedido de ressonância magnética. São R\$ 700,00 ou seis meses, oito meses em fila de espera.

Se uma pessoa com padrão elevado já fica indignada com essa situação, imagine aquele que luta para garantir a comida dos seus filhos, dos seus familiares, quando consegue.

Agora, estamos visualizando o Congresso Nacional puxando da gaveta um projeto para diminuir a questão das taxas tributárias com relação ao passe, ao transporte coletivo. Mas por que não foi feito antes? E a Emenda 29, o Pacto Federativo? Então, na verdade, não existe uma pauta, uma bandeira definida.

São vários quesitos que se acumularam ao longo do tempo, e a sociedade já não tolera mais. E isso está acontecendo em todos os níveis, em todas as camadas da sociedade.

Por isso, parabênizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputado Valmir Comin, v.exa. dá o exemplo da área da saúde, mas não é diferente em qualquer outra área. E qualquer setor que queiramos debater encontraremos o mesmo eixo. Infelizmente, o povo não vê mais solução, está perdendo a esperança. E não estamos fazendo a solução.

Não tem mais como aumentar a carga tributária. Fala-se em diminuir em um ou outro setor, mas se tirar de um setor, cresce em outro. Então, não muda nada. Na verdade, estamos andando em círculos. E isso todo mundo está começando a perceber.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A reforma tributária tem que acontecer urgentemente. Mas o estado de Santa Catarina também tem que fazer uma

distribuição mais exata do governo do estado para todos os municípios.

Quanto à questão da saúde, nobre deputado, às vezes, o SUS que defendo atende melhor do que muito plano particular de saúde. Nas questões da média e alta complexidade quem dá conta da saúde no país é o SUS. Em transplantes, em cirurgias cardíacas, onde os planos de saúde não atendem, o SUS atende com muita competência.

Queremos, sim, mais investimentos na saúde. Mas falar mal do SUS não aceitamos. Ele atende, em alguns casos, melhor do que os planos particulares.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputada Ana Paula, com todo o respeito a v.exa., não é esse o foco da nossa abordagem. Por um acaso usamos o exemplo da saúde, mas poderíamos ter usado o de qualquer outra área. Mas se fizermos uma pesquisa, com certeza veremos a saúde no topo das preocupações, assim como está a segurança, a educação.

Não estamos falando mal do SUS, estamos, sim, falando sobre o atual sistema federativo. E aí conclamo os nossos colegas deputados para uma reflexão no sentido de que este é o momento de mudar as coisas, através de um caminho sério, com alternativas visíveis para o futuro. E não adianta fazer remendos. Não é apenas uma reforma estrutural que vai mudar. Não é apenas de uma reforma tributária que precisamos. Mas sim também de uma reforma política, judiciária e muitas outras reformas.

Então, é melhor começarmos do zero, ou seja, com um novo sistema federativo e não um sistema unitário como o que estamos vivendo atualmente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar o sr. presidente, cumprimentar os nobres pares desta Casa, as sras. deputadas, os ouvintes da Rádio Alesc, da TVAL e dizer que o tema não poderia ser outro. Faz uma semana que as principais cidades brasileiras vivem uma atmosfera diferente. O país foi sacudido por movimentações que tomaram as ruas.

Em Brasília, o prédio do Congresso Nacional foi cercado, representando que a população exige mudanças. Ontem, aqui em Florianópolis e lá em Chapecó, as manifestações foram pacíficas, ordeiras. São provas de que não é preciso fazer quebra-quebra e arruaças, depredando o patrimônio público para ser ouvido.

Para esta semana ainda estão programadas outras concentrações, em diversos municípios catarinenses, a exemplo do norte e do sul do estado, que estamos acompanhando pelas redes sociais. Espero que tudo corra de modo civilizado como foi na terça-feira.

O movimento é formado por jovens, na maioria estudantes, que se somam a trabalhadores levantando diversas bandeiras, não bandeiras partidárias, mas bandeiras que pedem a redução das tarifas do transporte público e garantia desse serviço com melhor qualidade. Ainda acompanhava, através da televisão, alguns manifestos, onde pudemos perceber que na verdade o objetivo maior é não misturar partidos frente a essa reivindicação social, porque, em muitas ocasiões, lá se levantavam uma ou duas bandeiras, e a população pedia que fossem retiradas, pois a palavra de ordem era: sem partidos.

São gritos pedindo o fim da corrupção, mais recursos para a educação e para a saúde. O manifesto não tem um alvo específico, trata-se de um alerta para todas as instituições, seja para o Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.

A população cansou de ver que suas reivindicações deixam de ser atendidas e viu que o país usou bilhões de reais para organizar a Copa do Mundo de 2014, mas repassa valores constitucionais para outros países. Agora nas

redes sociais, a multidão se organizou e foi às ruas para dizer que quer mais além da Copa do Mundo, quer mais projetos assistenciais.

É nos municípios que pulsa a vida de um país; nas cidades é onde se pode medir qual a infraestrutura existente para atender à população, em todos os setores, seja transporte, saúde, educação e segurança. Já são décadas, e não somente agora, que o bolo concentrador dos recursos é dominado pelo poder central em Brasília.

Vivi a experiência de ter sido prefeito do município de Cunha Porã, por duas legislaturas, e soufri na pele as dificuldades de administrar uma cidade com poucos recursos financeiros, onde muito do que se arrecada é concentrado na capital federal. Prefeitos e governadores vivem de pires na mão, clamando por um convênio para poder levar um pouco de qualidade de vida para a população.

Atualmente a divisão das riquezas do país ainda é feita de forma desigual. Das receitas totais, a união concentra 51,96%, os estados, 29,70% e os municípios ficam com apenas 18,35%. Do índice total arrecadado pela união os municípios recebem repasses de apenas 13,85% para fazer frente aos investimentos em áreas como saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Diante desse alerta da população está mais do que na hora de ser retomada a discussão do pacto federativo. É preciso redefinir percentuais de distribuição dos recursos de uma forma mais justa, onde realmente a população possa sentir as mudanças.

Essa manifestação, mais do que ser ouvida e respeitada, deve servir de alerta para todos os segmentos em que atingimos outro patamar, outro nível de vida, e as pessoas agora estão mais conscientes na busca de ter garantidos os seus direitos.

Além das questões do dia a dia, outro ponto tão importante quanto esse: é mais do que urgente a retomada das reformas que estão adormecidas nas gavetas do poder central, como a reforma

tributária e a reforma eleitoral, apenas para citar essas duas.

Quem não compreender o que está acontecendo, poderá ficar de fora do processo de transformação da construção de um novo estágio do nosso país.

O povo não aguentou mais esperar, o povo cansou, e temos acompanhado o atraso de inúmeras obras de extrema importância para a vida do brasileiro, mais especificamente aqui em Santa Catarina. E lembro-me bem de quando era funcionário, servidor desta Casa, ainda em meados de 1997, 1998, 1999, quando nos deslocávamos para o oeste enfrentávamos engarrafamento na BR-101 que já estava em obras de duplicação. Lá se foram quase 14 anos dessa obra, e estamos ainda esperando. Enquanto isso, lá na China, vemos obras acontecerem do dia para a noite. Aqui no Brasil ficamos no discurso, na cobrança, na esperança, e todos nós num faz de conta que tudo isso está dando certo, que tudo está caminhando bem. Mas esse grande elefante está entendendo a sua força e está se levantando, como aconteceu em São Paulo, como aconteceu em Brasília, como aconteceu com aqueles que fizeram de forma pacífica no Rio de Janeiro, como foi aqui também em Florianópolis e lá em Chapecó, de forma ordeira, pacífica, mostrando a todos nós, governo e oposição, o recado, pois o povo não suporta mais esse tipo de encaminhamento.

Precisamos dar respostas mais pontuais para essa população. E aí vamos migrar para os problemas sociais que estão batendo à porta de todo mundo: a questão indígena, em que a Funai até agora não descobriu qual é o seu verdadeiro papel institucional, a razão pela qual foi criada e vive a promover um descompasso social, a destruir o verdadeiro significativo do direito à propriedade garantido pela Constituição Federal.

Ainda bem que a ministra Gleise Hoffmann já deu um grande exemplo no vizinho estado do Paraná, suspendendo todos os processos de demarcação, dando oportunidade ao contraditório, aquilo que a Funai não dá em todos os seus encaminhamentos. Ainda bem que isso está acontecendo lá. E espero

que essa consciência também aconteça quanto às questões de Santa Catarina.

Ainda nesse caminhar todo, começamos a inverter o nosso verdadeiro papel, aquele que está lá na ponta, o nosso prefeito que está recebendo pedido do cidadão na porta de sua casa, quando não está na prefeitura ou quando é final de semana, o vereador que está lá participando dos eventos comunitários e lá recebe a reivindicação do cidadão pedindo que lá no seu município se execute uma obra prioritária, que lá no seu município tenha o atendimento por parte da municipalidade na realização das melhorias, na estrada do interior ou até mesmo na rua lá do bairro.

Esse cidadão que espera uma resposta rápida vai à prefeitura e lá vê o seu prefeito de mãos atadas, porque o recurso que tem para administrar o seu município apenas dá para fazer o básico da saúde, o básico da educação. Não sobra dinheiro para investimento. Por que tudo isso está acontecendo? Porque os papéis estão invertidos. O papel do governo federal não é comprar patrola para distribuir às prefeituras. O papel do governo federal não é comprar retroescavadeira para distribuir aos prefeitos, para agradar aos prefeitos que estão indo a Brasília. O papel do governo federal é colocar dinheiro na mão dos nossos prefeitos, para que eles possam realizar aquilo que a comunidade definir como prioridade lá na sua municipalidade. Não pode um poder central, lá de Brasília, ditar as regras do que é mais essencial e mais urgente no município lá do interior de Santa Catarina.

Os papéis estão invertidos. Estamos todos reféns de um governo central. E aqui não se vai crítica somente ao partido que comanda este país, porque inúmeros partidos comandam o país hoje. É uma crítica que vem em consonância com as reivindicações da CNM, que por muitos e muitos anos, nas marchas de prefeitos a Brasília, bate nessa tecla de que os municípios precisam de mais recursos. É lá que o cidadão vive; é lá que o cidadão cobra os seus direitos, mas infelizmente a cada ano que passa percebemos que se encontra

subterfúgios para a criação de contribuições para que essas contribuições constitucionalmente não sejam partilhadas com os municípios. E aí cada vez mais se concentra o bolo financeiro em Brasília e cada vez mais os nossos prefeitos se ajoelham na busca de miseráveis recursos, para dar satisfação ao seu eleitor de que eles têm agilidade na busca desses recursos, de que eles não têm preguiça de sair de seu município para ir a Florianópolis, para ir a Brasília buscar algo diferenciado para fazer com que o povo tenha um governo mais presente. Isso é totalmente equivocado.

Estivemos, dias atrás, em uma missão oficial desta Casa e lá podemos perceber que as coisas acontecem como uma celeridade enorme. E aí perguntávamos por que isso acontecia em vários municípios da região da Escandinávia. E lá eles prontamente falavam que o poder financeiro é do município, a maior quantia de recursos arrecadados fica no município, por isso conseguem realizar obras importantes.

Vamos enfrentar problemas muitos graves no momento em que formos discutir aqui em Santa Catarina a implementação daqueles projetos que aprendemos naqueles países, porque vamos chegar aos municípios e perceber que os prefeitos estranguladamente estão lutando para manter o mínimo do mínimo que falei há pouco.

Como é que vão ter recursos para construir e para investir em obras importantes que vão fazer o tratamento do resíduo tanto sólido quanto líquido? Novamente esses governos municipais terão que ir a Brasília buscar recurso do governo federal. Então, suas prioridades acabam ficando sempre para segundo, terceiro, quarto plano. Não vai nunca ser a primeira prioridade, porque vai sempre esbarrar na falta de recursos financeiros para a execução de obras importantíssimas.

Precisamos repensar esse modelo, pois esse recado que está vindo da voz do povo ser vê para todos nós. Ele não é somente para quem governa ou o estado ou o município ou a nação, ele serve para nós parlamentares deste país. Ou começamos a construir um modelo diferente, onde as pessoas

possam ser inseridas não como pedintes, não como mendigos do dinheiro que está lá em Brasília, mas, sim, como detentores de um direito sagrado, fruto do seu imposto, ou amanhã ou depois todos nós vamos pagar muito caro por tudo isso que está acontecendo no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Joares Ponticelli)
- Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0044/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0389/2012, de autoria do deputado Dado Chereim.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0130/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que modifica o inciso II do art. 4º da lei n. 14.367, de 2008, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Esporte e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0066/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Integral (IDI), de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0080/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a instituição Casa dos Girassóis, com sede no município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0087/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública o Instituto de Pós-Graduação e Atualização em Odontologia (IPENO), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0094/2013, de autoria do deputado Edison Andrino, que declara de utilidade pública a Liga dos Ginganeiros de Biguaçu.

Ao projeto foi apresentada uma emenda global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0112/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública o Centro de Educação e Evangelização Popular, com sede no município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0120/2013, de autoria da deputada Angela Albino, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Centros de Informação e

Assistência Toxicológica e Toxicologistas Clínicas (ABRACIT), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0126/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Academia de Letras de Nova Trento.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0130/2013, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Frei Rogério, com sede no município de Anita Garibaldi.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0146/2013, de autoria do deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública a Associação Coral do Santuário de Azambuja, com sede no município de Brusque.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0156/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias pela Infância Saudável (AVISA), de Itajaí.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0161/2013, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública o Circolo Bergamasco Di Rio Maina, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0210/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 5.989, de 1981, que declara de utilidade pública o Colégio Auxiliadora - 1º e 2º Graus, de Campos Novos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0366/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0367/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0368/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0369/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0370/2013, 0371/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0372/2013, de autoria do deputado Darci de Matos e 0373/2013, do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, fiz o requerimento e vai entrar na pauta de amanhã. Mas quero fazer o registro que, nesta semana, a igreja Assembleia de Deus, de Joinville, da qual faço parte, está completando 80 anos de fundação, Jubileu de Carvalho. Portanto, hoje, vai ter uma sessão especial na Câmara de Vereadores, de Joinville, da qual vou participar, para comemorar os 80 anos da Assembleia de Deus, de Joinville, que é uma potência na cidade.

Quero estender, em nome do pastor Sergio, presidente da igreja, a minha palavra de incentivo por esse trabalho tão fantástico que faz, não somente cuidando da alma das pessoas, mas, principalmente, o trabalho social que é feito através da Sasedep.

Fica o meu registro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência associa-se à manifestação de v.exa.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sobre o Requerimento n. 363, que é endereçado ao DNIT, com referência à duplicação da BR-282, no perímetro urbano do município de Xanxerê, infelizmente a empresa que construía desistiu, faliu, e o município e toda a região do oeste sofrem com aquela obra paralisada.

Então, foi uma moção que já foi aprovada na Câmara de Vereadores de Xanxerê, e nós renovamos aqui pela importância da obra.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, aproveitando as intervenções, faço uma questão de ordem apenas para registrar a presença

do prefeito Pedro Ari Parizotto, do vice-prefeito, sr. Pedro Bringhenti, de Lindóia do Sul, que estão tratando de assuntos de interesse do município na capital e, neste momento, estão na Assembléia para conversas e articulações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência registra e agradece as ilustres presenças do prefeito, vice-prefeito e demais representantes.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0662/2013 a 0667/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0668/2013 e 0669/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0670/20123, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0671/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Moção n. 0051/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Coordenador da Frente Parlamentar da Agropecuária, apelando pelo cancelamento da negociação da importação de banana proveniente do Equador.

Em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tivemos uma audiência há poucos dias, eu, o deputado Carlos Chiodini e o deputado federal Mauro Mariani, com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com lideranças do setor da banana do norte do estado, que detém 82% da produção de banana. Somos o terceiro estado brasileiro produtor de banana.

Fomos ao ministro solicitar que não desse continuidade à possibilidade da importação da banana do Equador por duas questões, a do preço, a questão econômica, e a fitossanitária, ou seja, naquele país eles fazem 70 aplicações de fungicida contra sigatoka e no Brasil fazemos apenas sete.

Se esse produto entrar no Brasil, vamos acabar com a produção de banana brasileira.

Agora, tivemos a notícia de que o Brasil iniciou negociação com o Equador para a importação de banana. Portanto, deputada Ana Paula Lima, a nossa moção é no sentido de repudiar essa negociação e solicitar que o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento retarde ou dificulte ou não faça essa importação da banana, porque será uma tragédia para municípios como Corupá que tem 22% do seu movimento econômico ligado à banana e outras cidades, deputado Kennedy Nunes, como Joinville, Garuva, Guaramirim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos. E também municípios do extremos sul catarinense, como Jacinto Machado e toda região.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, A deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, também quero apoiar essa moção, porque é inadmissível, já que temos aqui grandes produtores de banana.

A banana de Corupá é a mais doce de nosso país e compete significativamente com a banana do Equador. É uma injustiça começar a negociação com aquele país.

Então, apoiando a moção do deputado, quero subscrever com o deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Na mesma linha, sr. presidente, em nome da bancada do PMDB, quero apoiar a moção do deputado Darci de Matos, dada a importância da bananicultura no nosso

estado catarinense. São milhares de pequenas propriedades rurais que aqui produzem banana diferente da importada que vem do grande produtor, pois tem outro modo de produção em grande escala, que não condiz com a nossa realidade, fazendo essa concorrência desleal.

É evidente que o Brasil participa dos tratados internacionais do comércio e, agora, tem um brasileiro na Presidência da Organização Mundial do Comércio, mas é preciso encontrar um meio termo para fortalecer o produtor nacional, principalmente o catarinense.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, apenas quero somar apoio à moção do deputado Darci de Matos. Essa é uma preocupação antiga da federação dos bananicultores aqui de Santa Catarina. E o Brasil não pode dar um mau exemplo.

Os nossos produtores da região norte, do sul do estado também, usam tecnologia, cuidados fitossanitários, cuidados na aplicação de agrotóxicos, e a nossa legislação brasileira é muito exigente com relação a isso. E no Equador não tem nenhuma legislação que regule essas questões.

Por isso, a preocupação além com o produtor é com a saúde do brasileiro; por isso essa moção conta também com o nosso apoio.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero corroborar nessa esteira, deputado Darci de matos, deputado José Milton Scheffer, deputado Carlos Chiodini. Eu fui um produtor de bananas por

muitos e muitos anos. Carreguei alguns cachos de bananas neste lombo. Venho de uma família de 12 filhos produzindo bananas. Então, acho que realmente temos que trabalhar e proteger. É um produto nosso, autêntico. E a melhor banana do Brasil está no meu município de Siderópolis.

Por isso quero também assinar essa proposição.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, não sei se a melhor banana está no município de Siderópolis, mas sei que o estado de Santa Catarina é um grande produtor desse produto. E na ausência do nosso líder, quero dizer aqui também, deputado Darci de Matos, que a bancada do PSDB também se incorpora à sua manifestação em defesa dos bananicultores e da banana de Santa Catarina e brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a moção.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, começo refletindo sobre a diferença que faz 100 mil pessoas na rua no estado do Rio de Janeiro, algumas centenas de milhares em algumas cidades do país e a possibilidade de termos no dia de amanhã, 20 de junho, quinta-feira, mais de um milhão de pessoas nas manifestações em todo o Brasil. Só

aqui no estado de Santa Catarina trinta e poucas cidades, inclusive cidades em que nunca houve uma manifestação de rua, estão chamando para a mobilização popular. Então, parece-me que passaremos mais de um milhão no dia de amanhã. E isso faz uma diferença bastante grande, inclusive para definir o posicionamento de lideranças políticas formadoras de opinião e outros grandes arautos, daquilo que pode e daquilo que não pode numa sociedade como a nossa.

Tudo o que era feio até a última sexta-feira de repente ficou bonito. Tudo o que não podia até na semana passada agora pode e é elogiado justamente por aqueles que criticavam.

Então, é pensar de fato a força que tem a organização popular. E nesse caso nem é a força de organização popular, mas é a manifestação popular na tomada de decisões, na formação da opinião pública inclusive. Isso é uma reflexão com aspectos de ironia, evidentemente, mas que serve para mostrar o que é a força da vontade popular, quando ela cresce e existe efetivamente.

Quem nos chamava de arruaceiros até ontem hoje enche a boca para elogiar os movimentos que fazem aquela mesma coisa que era tão proibida até o dia de ontem.

Muitos viram pela primeira vez ontem. Parece-me que muitos viram pela primeira vez no dia de ontem. Eu já vi aquelas pontes serem fechadas algumas vezes, nas últimas décadas, nesta capital, fechada pelos estudantes, pela luta do passe livre, fechada pelos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, em 2004, fechadas pelas organizações do movimento popular, em 2007. Depois disso, não. Aí se tornou de novo um tabu. E todo mundo encheu a boca para gritar, a ponte não, a ponte não. E usaremos todas as forças do mundo para que a ponte não.

Aqui foram dez mil, mas somados a todos os lugares chegaremos a um milhão, em breve.

Lembro-me que em março de 2007, quando tinha recém-assumido o mandato nesta Casa, participei de um movimento das organizações populares, das centrais sindicais dos trabalhadores etc. E num

determinado momento, pela presença dessa enorme manifestação na cabeceira do lado de cá das pontes, as duas estavam paradas, os manifestantes vieram até ali, e a Polícia Militar se colocou na frente e ficou um impasse.

A pedido das principais lideranças do movimento, sugeri um acordo ao secretário da Segurança, na época deputado Ronaldo Benedet e ao comandante da Polícia Militar, coronel Eliezer Rodrigues, para liberar uma faixa da ponte para os manifestantes irem e na volta outra faixa, assim teríamos menos transtornos para todos. Então, eles botaram a responsabilidade nos meus ombros, e assim foi feito. E foi cumprido o acordo por ambas as partes, pela Polícia Militar e pelos manifestantes.

No outro dia, aqui, neste plenário, alguém me disse que eu poderia ser convocado para uma comissão de ética por ter ajudado a fechar a ponte no dia anterior. Não sei se falou brincando, evidentemente, porque a imprensa caiu em cima, chamando-me de arruaceiro etc. E repito, a ponte já estava fechada. Enfim, fui chamado de diversos nomes feios pelos mesmos formadores de opinião que de ontem para hoje estão descascando elogios.

Estou dizendo isso só para fazer uma reflexão a respeito da diferença que fazem 100 mil pessoas nas ruas. Repito, amanhã chegaremos a um milhão, acredito que passaremos desse número, se somarmos todas as cidades do Brasil.

É legítimo o movimento. E quero parabenizar o comandante da Polícia Militar, coronel Nazareno, e o comandante do 4º Batalhão da PM, tenente coronel Araújo Gomes, pela postura que tiveram, como falei ontem. Eles mudaram a história e o comportamento da Polícia Militar diante da possibilidade de confrontos com movimentos populares. E tiveram uma postura digna de aplausos, não obstante as divergências no trato da questão salarial que estamos tendo neste momento, pois estamos discutindo junto ao governo as divergências existentes na política salarial e de direitos para os próximos anos para os militares estaduais.

Então, quero parabenizá-los pela capacidade de ter avaliado o momento político nacional. Sei das dificuldades, porque o movimento vai crescer, e tomara que continue pacífico, mas não podemos ter certeza. Aliás, a forma tranquila de ontem indica que quando também os órgãos públicos contribuem, não criminalizam a priori, os manifestantes também se comportam de forma mais pacífica.

Outra questão importante que quero registrar ainda neste tempo que falta é que estava lendo hoje na coluna do Moacir Pereira, no *Diário Catarinense*, a importante frase, com a qual concordo plenamente: "Transporte ruim, moroso e caro"

Agora não é mais apenas algumas pessoas da sociedade que estão falando isso. É Moacir Pereira, na sua matéria principal da coluna do *Diário Catarinense* de hoje.

Que bom que se está percebendo isso, porque se esse foi o pavio que ascendeu esse mar de descontentamentos existentes, hoje, na sociedade brasileira, é preciso que isso seja refletido. Porque a mobilidade urbana é um dos principais problemas nacionais, ou pelo menos é o reflexo do problema nacional de uma sociedade dominada pelos monopólios, pelo latifúndio, pelo imperialismo do sistema bancário na sua associação com o próprio latifúndio e com o setor industrial, porque no Brasil há décadas definiram como prioridade o automóvel particular, e as indústrias automobilísticas mandam e desmandam nos sucessivos governos deste país.

Eu falo aqui em transporte público e gratuito e alguém se espanta. Não precisa se espantar - e deputado Kennedy Nunes, parabéns pela sua defesa nesse sentido também na cidade de Joinville -, porque se tirar os imensos benefícios que o estado brasileiro, com dinheiro público, tem dado ao monopólio do automóvel dá para fazer transporte gratuito para todo mundo no Brasil. E também gera emprego, evidentemente.

Basta definir, então, qual é a prioridade nacional e quem define a política e as

necessidades do povo brasileiro. Esta é a reflexão que precisa ser feita para que possamos entender o que está acontecendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Parabéns pela sua posição!

Com a palavra o próximo orador inscrito, o nobre decano deputado Reno Caramori, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu me inscrevi para falar neste horário de Explicação Pessoal para prestar uma homenagem a um tradicionalista gaúcho, mas que vivia em Santa Catarina, que, lamentavelmente, nos deixou do convívio terrestre no dia 28 de maio de 2013, o nosso grande tradicionalista Avelino Pressoto, de Xanxerê.

Na sexta-feira próxima passada estivemos na assembleia do MTG no município de Lages e lá o MTG, consternadamente, prestou uma homenagem aos familiares de Avelino Pressoto.

Avelino Pressoto, que nasceu no dia 10 de julho de 1950 e teve o seu passamento no dia 28 de maio de 2013, fazia parte da comissão de Ética nas gestões 2008 a 2010, 2010 a 2012 e 2012 a 2014 ainda permanecia na comissão Fiscal. Era uma pessoa extraordinária, de excelente trato e preocupado com o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que tratava com humildade todo o seu pessoal.

Embora não pertencente ao departamento da campeira do MTG, exercia a coordenação, com muita atenção, do departamento Artístico do CTG Espelho da Tradição, de Xanxerê, do qual foi fundador e Patrão daquele CTG por mais de uma vez.

Foi também conselheiro da 12ª Região Tradicionalista durante dois anos e conselheiro do MTG em Santa Catarina desde 2010.

Não atuava no laço, por questões físicas, mas era um grande tradicionalista.

O Avelino Pressoto tinha uma dedicação especial como piazito, com a prendinha, com a

juventude e os adolescentes, com os tradicionais praticantes do tradicionalismo gaúcho na área artística, na declamação, na oratória, na dança. Era um grande incentivador.

Ele dizia que o tradicionalismo gaúcho fazia parte da sua vida, da sua família e dos seus amigos, porque ele reconhecia o quanto era importante a sua atuação mesmo com problemas físicos e levava a contento aquilo que fazia no seu CTG, junto ao MTG, com respeito, com obediência às regras internas do MTG, com as determinações legais do MTG, fazendo pelo engrandecimento do tradicionalismo gaúcho em Santa Catarina.

Os seus familiares que o apoiavam em todos os sentidos sentem profundamente a sua falta. Os companheiros do tradicionalismo gaúcho, no semblante de cada representante de região na Câmara de Vereadores, na sexta-feira passada, em Lages, os sentimentos eram de tristeza, quando da homenagem que foi prestada aos seus familiares. Dá para se ver o quanto é importante o companheirismo dentro do tradicionalismo.

Tradicionalistas de todo o estado de Santa Catarina, do extremo sul ao extremo norte, do oeste à capital, todos os seus representantes de regiões, participaram da homenagem ao nosso querido amigo Avelino Pressoto, através de seus familiares.

Lamentamos quando perdemos um companheiro, mas lamenta-se muito mais quando se perde um companheiro do quilate do Avelino. Ele foi exemplo para muita gente, para muitos tradicionalistas. Levou muitos jovens e adolescentes para o caminho artístico, para o tradicionalismo. Mantinha uma relação de amizade muito grande, uma ligação entre a campeira e o artístico. Incentivava a campeira, onde também fazia as suas recomendações na prática do laço, para que fossem observadas as determinações do regulamento do MTG, para que tudo fosse feito dentro da lei, da proteção ao animal de montaria, da proteção da rês que fosse laçada, do tratamento na mangueira, no tratamento desde a busca no campo da reses para a prática do laço.

Ele fazia isso com uma dedicação, com uma orientação aos peões, aos companheiros do MTG, para que fossem observados os ditames do regulamento do MTG.

Com isso, nesta tarde, sr. presidente Kennedy Nunes, presto essa homenagem a esse grande tradicionalista Avelino Pressoto. Eu espero que o exemplo que ele deixou para os tradicionalistas não seja esquecido. Um homem íntegro, um homem voltado ao tradicionalismo, com o objetivo maior de buscar na juventude e na adolescência um esporte sadio. E aqui repito, um esporte onde temos craques, mas é o craque do tradicionalismo, é o craque no torneio de laço, é o craque na gineteada, é o craque no departamento artístico. Não é o craque do cachimbo. Lá não se pratica esse ato, lá nos preservamos por aqueles que mantêm a sua saúde com integridade, para que possamos cada vez mais divulgar o tradicionalismo.

Por isso faço esse registro, srs. deputados e sras. deputadas, para prestar a homenagem ao MTG, a Santa Catarina, em nome do nosso grande amigo Avelino Pressoto.

O MTG tem a preocupação, tanto quanto tinha o Avelino, de fazer com que o tradicionalismo gaúcho, cada vez mais, represente a velha tradição. A exemplo daqueles que usavam a prática do laço, do pialo, nas castrações e nas marcações campo afora, iniciadas lá no Rio Grande do Sul. Uma cultura da dança, da culinária, buscada também na origem em outros países do sul deste Brasil, mas que o Rio Grande propagou para o Brasil todo, o respeito principalmente à tradição, o respeito à educação, o respeito ao cidadão, o respeito ao piazito, à prendinha, ao jovem e aos mais criados, às prendas, aos peões, aos patrões, dentro de uma hierarquia recomenda pelo tradicionalismo. Mas cada um na sua atividade, mostrando ao Brasil, a Santa Catarina e ao mundo o quanto é importante uma tradição que vem de centenas de anos.

Neste ano o MTG completa 40 anos em Santa Catarina, e as programações são intensas, além das programações internas dos CTGs em cada região, em

cada município, em homenagem aos 40 anos de tradição em Santa Catarina.

Por isso, parabéns aos tradicionalistas de Santa Catarina e do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, desejo falar muito rapidamente e não ocuparei os dez minutos a que tenho direito.

Já falei há pouco em nome do nosso partido aqui da bancada, sobre o momento que o Brasil vive, já fiz o meu comentário, mas quero fazer uma cobrança, sr. presidente.

Estamos em uma situação de conflito entre o município de Saudades e Cunha Porã. Já faz dois anos que estamos construindo uma alternativa de assentamento, talvez uma das primeiras experiências no país, um assentamento provisório, deputada Ana Paula, para os indígenas, lá no município de Bandeirantes. É uma área de 800 hectares, onde fomos buscar uma alternativa.

Em vários momentos isso foi discutido com o governador, e lá em Pinhalzinho, no Itaipu Rural Show, ele publicamente anunciou, o próprio secretário João Rodrigues e o governador, se tivesse um documento assinado dos índios, da Funai e do Ministério Público Federal de que os índios vão para a área, ele compraria essa área.

Está tudo acertado, inclusive ele chamou os dois prefeitos para uma reunião na segunda-feira. E os índios e a Funai estavam aqui, numa reunião, no Centro Administrativo, e anunciaram que iriam comprar a área para assentar o indígenas lá no município de Bandeirantes. Está tudo acertado. A Funai mandou um documento, tem documento assinado, mas agora não se toma providência.

Então, só estou ocupando a tribuna para cobrar. Já cobre pessoalmente do governador, os prefeitos já cobraram, o movimento dos

agricultores já cobrou, e há acordo entre todo mundo de que se deve encaminhar isso.

Por que não encaminhar isso? Há um anúncio feito, há um compromisso feito, e queremos que esse compromisso seja honrado. É isso que quero trazer aqui, nesta perspectiva de garantir de fato que esse acordo, esse encaminhamento seja feito pelo governador Raimundo Colombo, de amenizar esse conflito.

Na semana passada houve mais um ato, mais uma mobilização, no trevo de Cunha Porã. Das 10h às 14h o trevo ficou fechado. E os agricultores estiveram lá mais uma vez, pedindo justiça.

Também concordamos e temos muita segurança em falar aqui que quanto à propriedade de 150 famílias de agricultores que estão lá, hoje, nas suas terras, trabalhando e lutando, podemos trabalhar uma perspectiva de resolver os dois lados, uma boa condição de encaminhamento para os indígenas, com casa, com terra, com uma área boa, e deixar os agricultores lá. Quem sabe, no futuro, possamos fazer esse acordo inclusive na Justiça, do processo que está andando.

Então, é isso que estou cobrando aqui: o compromisso assumido pelo governador e pelo secretário de Agricultura.

A segunda questão, sr. presidente, que quero trazer presente é que tivemos ontem uma reunião com dirigentes da Celesc, sindicalistas e o Jair, conselheiro indicado pelos trabalhadores dessa empresa. Eles querem uma audiência com o governador para discutir a situação da Celesc, e estão esperando há meses. Inclusive, nesta semana, teremos uma audiência pública, na Câmara de Vereadores de Maravilha, para discutir esse tema.

É preciso que o governador receba os trabalhadores. Eles querem contribuir, discutir, dar sugestões e opiniões sobre o futuro dessa empresa. Eles é que fazem a Celesc acontecer, sentem lá na ponta, no dia a dia do atendimento à população, o que é preciso. Por isso até estranhamos tanto tempo para recebê-los e resolver essa questão.

Estamos cobrando essa audiência para discutir a questão da Celesc. Inclusive, hoje aqui apresentamos uma indicação para que os trabalhadores possam tratar dos assuntos relacionados a essa importante empresa de Santa Catarina. A audiência pública, dias atrás, mostrou isso claramente que a Celesc deixa a desejar no atendimento à população catarinense.

Era isso, sr. presidente. E o governo precisa receber os trabalhadores, democraticamente, para discutir o futuro da Celesc.

Ressaltei aqui essas duas cobranças: honrar o compromisso assumido com os agricultores, com os indígenas e prefeitos, lá de Saudades e Cunha Porã, por parte do governador e do secretário de Agricultura, e receber os trabalhadores da Celesc, inclusive, porque faz parte do conselho da empresa ajudar a resolver as questões pendentes relacionadas a eles.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - o próximo orador inscrito é o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos. Antes, porém, queremos registrar que o presidente da Fatma, Gean Loureiro, está agora passando por uma cirurgia, pois fraturou as duas pernas e o pulso, num acidente, no final desta manhã, em Itajaí. Mas passa bem, assim como o motorista que fraturou o fêmur.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero agradecer, deputado Kennedy, pelas informações e nos solidarizar com a situação de saúde do presidente da Fatma, Gean Loureiro, que vem realizando um trabalho bastante forte naquela instituição. Temos certeza de que ele irá superar o que houve neste acidente e, logo em seguida, estará de volta à sua missão de administrar um órgão importantíssimo que é a nossa Fundação do Meio Ambiente.

Não podíamos fugir à regra de todos que usaram esta tribuna para nos manifestar também

inicialmente a respeito da mobilização da sociedade brasileira que vem ocorrendo, nos últimos dias, que vem de uma forma nova, com outra geração atuando. Vejo isso com muito otimismo, porque significa que a juventude se volta para as questões políticas do país, com bandeiras de reivindicações das mais variadas possíveis. Mas todas dentro da ótica dos jovens.

É preciso que todos nós, que a sociedade brasileira aproveite este momento, todas essas reivindicações, para refletir a respeito da sociedade que queremos para o nosso país. É preciso pensar, a partir deste momento, na fórmula de todas as reivindicações que vêm sendo feitas, de todas as bandeiras que a sociedade brasileira tem citado nos últimos anos e que não estão sendo ouvidas. E aí ouvimos os jovens reclamando do preço da passagem de ônibus, mas não estão reclamando apenas dos 20 centavos, mas sim reclamando das questões de mobilidade urbana, pois não conseguimos evoluir nos últimos anos, nas últimas décadas, e cometemos erros e acertos.

Não é justo, por exemplo, que tenhamos uma campanha de incentivo, que foi muito útil para combater o desemprego e a crise na questão dos impostos para o setor automotivo. Mas neste mesmo momento a classe governante do país também se esqueceu de isentar, de criar um programa de incentivo para a mobilidade urbana, para o transporte coletivo.

Temos impostos pesados no transporte coletivo. Isentamos o automóvel, foi bom para gerar emprego, mas causou ainda mais problema na mobilidade urbana. É esse recado sutil que a juventude está dando a todos nós. Temos que olhar as questões globais. A juventude quer qualidade de vida na educação, qualidade de vida na mobilidade urbana, na sustentabilidade das cidades, no meio ambiente. Você, quando candidato em Joinville, já levantou essa questão da passagem, mas é muito mais do que isso.

Temos que ter política pública para a mobilidade urbana de qualidade, de baixo custo, como existe em outros países. No Brasil todos os

ônibus são vendidos com o mesmo preço; o combustível é mais ou menos o mesmo preço, mas as passagens mudam de R\$ 1,80 a R\$ 3,50 no mesmo país em que vivemos.

Então, é preciso olhar com outro enfoque essa manifestação em diversas áreas, pois a população está reivindicando qualidade vida, e aí entram diversos segmentos, entre eles o da saúde e o da educação. Olha o apelo que vem sendo feito! Foi uma luta da sociedade brasileira por muitos anos, desde a Constituição de 1988, a regulamentação da Emenda Constitucional n. 029, que colocaria mais dinheiro para a saúde.

Dessa guerra eu participei. Participei de mobilizações, de passeatas, em Brasília, quando era prefeito de Sombrio, reivindicando essa emenda, porque é justa, coloca mais dinheiro para a saúde, melhora a remuneração dos profissionais da área da saúde.

Deputada Ana Paula Lima, a senhora é enfermeira, luta muito por essa área e também pela categoria. Portanto, sabe que é preciso melhorar a remuneração também dos hospitais.

A sociedade agora quer um tratamento de qualidade, e para isso precisamos mudar a realidade. Por isso, foi criada a Frente Parlamentar em Santa Catarina, da qual participam diversos deputados estaduais, entidades hospitalares e outras entidades de profissionais ligados à área da saúde, com o objetivo de discutir a questão do financiamento da saúde e a melhoria na qualidade do atendimento. E aí vimos também como uma bandeiras desses movimentos em nível nacional a questão da melhoria no atendimento da saúde.

Ontem, deputado Kennedy Nunes, estivemos em Brasília entregando cerca de 30 mil assinaturas, coletadas em Santa Catarina, para o Conselho Nacional de Saúde. Já foram entregues de Santa Catarina 70 mil assinaturas em Brasília, em outras oportunidades. Agora, somam-se a essas em torno de 100 mil assinaturas dos movimentos sociais, das Câmaras de Vereadores, da nossa Frente Parlamentar

e também da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

Esse movimento que tem como objetivo aprovar uma emenda à Constituição para obrigar o governo federal a colocar 10% do total das suas receitas em saúde e, com isso, melhorar o atendimento. Mas não era preciso fazer tudo isso, não era preciso movimentar a sociedade brasileira, várias instituições, para juntarmos um milhão e meio de assinaturas para fazer aquilo que deveria ser obrigação do governo investir na saúde.

Nós sabemos que as prefeituras do nosso país já investem 15% do seu orçamento em saúde; nós sabemos que a maioria dos governos estaduais já investem 12% do orçamento em saúde. Chegou a hora de o governo federal, que é o principal gestor, em nome da qualidade, em nome da universalidade, que é o que prega o sistema SUS, investir mais recursos em saúde.

Por isso, estou muito otimista. Primeiro, quero agradecer a todos as pessoas, a todos os catarinenses que têm assinado esse abaixo-assinado, a todas as instituições de Santa Catarina e do Brasil que estão incorporando essa campanha, que também é um grande rolo compressor em todo o Brasil. Já chegamos à casa de um milhão e quatrocentas mil assinaturas no Brasil, faltam cerca de cem mil assinaturas para atingirmos a meta de um milhão e meio de assinaturas, para em agosto entrarmos no Congresso Nacional com uma emenda na Constituição mudando a relação da administração federal com a saúde deste país.

Assim, poderemos, sim, construir uma nova fórmula de atendimento com qualidade, com profissionais bem remunerados, com hospitais de primeiro mundo, porque é isso que queremos. Esse é o recado que as ruas estão mandando para todos nós. Queremos que a educação e a saúde também sejam do mesmo padrão dos estádios de futebol que foram construídos e que serão muito bem utilizados, eu tenho certeza, pelo nosso país. Mas nós queremos isso também em outras áreas.

Também aqui, nos governos municipais, no governo estadual, precisamos melhorar

qualitativamente os serviços públicos. E aí, sim, não precisaremos ver mais as pessoas nas ruas protestando nas pontes, em frente às Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, nas prefeituras, nos governos estaduais. Basta aplicarmos com mais qualidade o dinheiro público.

Essa é a mensagem que tenho entendido das manifestações que estão na rua, que merecem apoio, aplauso da sociedade. Agora, acima de tudo, todos nós, não só a classe política, mas toda a sociedade brasileira, todas as lideranças, sejam elas profissionais liberais, sejam elas comunitárias, políticas ou não, religiosas ou não, tem que refletir sobre este momento, sobre o recado que as ruas estão mandando a todos nós.

Por isso, quero aqui mais uma vez agradecer a participação de todas as pessoas que nos têm ajudado no movimento Saúde+10. E também aqui quero hipotecar a nossa solidariedade, o nosso apoio a esse movimento popular que toma conta de todo o país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.